

SOBRE RAÍZES E DOMÍNIOS DE INTERPRETAÇÃO: RESENHA DE “ON THE IDENTITY OF ROOTS”, DE HEIDI HARLEY

Vitor Augusto Nóbrega¹

vitor.augusto.nobrega@usp.br

1. Introdução

Em seu artigo, “*On the Identity of Roots*”, publicado em 2014, Heidi Harley desenvolve uma extensa discussão sobre a natureza e as propriedades das raízes, sugerindo uma revisão na concepção ontológica desse primitivo em um modelo não-lexicalista de gramática, a Morfologia Distribuída (doravante, MD; cf. HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997; EMBICK; NOYER, 2007). Três hipóteses acerca da natureza das raízes são defendidas em seu artigo:

- (i) Raízes são primitivos destituídos de informação fonológica e semântica e sua individualização é exclusivamente sintática, codificada na gramática através de índices alfanuméricos (e.g., $\sqrt{235}$),
- (ii) Raízes são unidades sintáticas convencionais capazes de selecionar argumentos e de nuclear constituintes sintagmáticos (e.g., [_{VP} \sqrt{P} DP]), e
- (iii) O núcleo sintático responsável por demarcar as interpretações idiossincráticas das raízes é Voice, contrariamente à abordagem Marantz-Arad, em vigor no início da última década.

Nesta resenha, discutimos dois dos três pontos investigados pela autora, a saber: (a) a assunção de que as raízes são entidades sintáticas convencionais e (b) a plausibilidade do

¹ Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Universidade de São Paulo – USP. Sua pesquisa é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – (processo 160605/2014-8).

núcleo Voice ser considerado um domínio de interpretação. Argumentamos que as propriedades sintáticas atribuídas às raízes em (ii) sugerem a emergência de um novo lexicalismo, ao conferir um poder particular a esse objeto sintático. Em seguida, demonstramos que compostos deverbais sintéticos do inglês (e.g., *door-opener* lit. porta-abre-suf.agent. ‘porteiro eletrônico’) e compostos VN das línguas românicas (e.g., (PB) *salva-vidas*, (IT) *accendisigari* lit. acende-cigarro ‘isqueiro’) desafiam a assunção de que Voice seja um domínio de interpretação, visto que significados não-composicionais emergem em domínios sintáticos que englobam Voice, tal como se verifica na estrutura desses compostos.

2. Decompondo a raiz: considerações sintáticas e semânticas

A raiz é convencionalmente definida como um primitivo sintático destituído de traços gramaticais. Essa assunção permite que ela seja combinada a qualquer núcleo categorizador – *n*, *v* ou *a* –, e garante sua identidade enquanto um objeto sintático, diferenciando-a dos demais primitivos assumidos pelas abordagens não-lexicalistas, por exemplo, dos feixes de traços gramaticais assumidos pela MD. A princípio, a ausência de traços gramaticais pode ser considerada a propriedade mais bem aceita das raízes.

Não há um consenso, entretanto, sobre o modo como as raízes interagem no componente sintático e sobre quais são suas informações intrínsecas, principalmente, no que concerne a informações fonológicas e semânticas. Harley, com base nos trabalhos de Marantz (1996), Acquaviva (2008) e Pfau (2009), argumenta, em seu artigo, que a raiz não pode ser identificada por traços fonológicos e semânticos, uma vez que, ao assumi-los como parte de sua natureza, seria impossível explicar casos de supleção de raízes, tais como aqueles atestados em hiaki (e.g., *mea* ~ *sua* ‘matar, quando o objeto é singular’ ~ ‘matar, quando o objeto é plural’), e raízes com um conteúdo semântico altamente variável, como as raízes tri-consonantais do hebraico (cf. ARAD, 2003, 2005).

Como alternativa, a autora sugere que as raízes são individualizadas apenas sintaticamente, e que essa individualização se dá através de índices abstratos independentes representados por caracteres alfanuméricos (e.g., $\sqrt{77}$), os quais são associados a raízes na computação sintática, e, pós-sintaticamente, estabelecem uma ligação entre um conjunto particular de instruções de Spell-Out em PF, e um conjunto particular de instruções interpretativas em LF, tais como aquelas representadas em (1), a partir da raiz *throw*, do inglês:

(1) *Instruções de interface para interpretação de uma raiz* (HARLEY, 2014, p. 244)

Instruções em PF (Lista 2)

$\sqrt{77} \leftrightarrow /θrow/$

Instruções em LF(Lista 3)

$\sqrt{77} \leftrightarrow$ “vomitar”/ [v []_v [up]_P]_{vP}

\leftrightarrow “cobertor com luzes”/ [n []_v]

{outros significados em outros contextos}

\leftrightarrow “jogar” *elsewhere*

Essa fatoração das informações das raízes pela arquitetura da gramática permite que cada componente opere exclusivamente com as informações que lhe cabem, evitando, por exemplo, que a sintaxe tenha acesso a traços fonológicos e semânticos que não serão empregados por suas operações. A proposta, além disso, endossa a hipótese das três listas defendidas pela MD, demonstrando que as informações presentes na Lista 1 (i.e., dos primitivos que alimentam o componente sintático) diferem das informações presentes na Lista 2 (*Vocabulário*; i.e., informações fonológicas) e na Lista 3 (*Enciclopédia*; i.e., informações semânticas). Devido à sua identidade sintática, raízes são interpretadas fonológica e semanticamente após o Spell-Out, e sua interpretação depende de um contexto sintático especificado nas instruções em PF e em LF, como aqueles em (1).

No entanto, Harley confere à raiz sintática um poder particular. A autora assume que a raiz deve ser considerada uma entidade sintática convencional, capaz de selecionar argumentos e de nuclear constituintes sintagmáticos (i.e., [_{vP} \sqrt{P} DP]). A ideia de que a raiz seleciona argumentos não é nova e está presente em diversos trabalhos anteriores, como em Marantz (1997), Embick (2004) e Punske (2012), entre outros, carregando consigo alguns problemas empíricos e computacionais. Primeiramente, essa assunção restringe o caráter acategorial da raiz, ao atribuir a ela características verbais (ACQUAVIVA, 2014), já que a seleção de argumentos implica a presença de um núcleo verbal. Evidências são apresentadas por Alexiadou e Grimshaw (2008), que apontam que somente nomes relacionados a um determinado verbo podem conter uma estrutura argumental. Sendo assim, estruturas argumentais não são propriedades de nomes².

A assunção de que as raízes selecionam argumentos é tão problemática quanto a codificação de propriedades idiossincráticas como diacríticos na raiz, tais como diacríticos de classe (cf. ALCÂNTARA, 2010; EMBICK; HALLE, 2005) e operadores semânticos, como

² Minussi (2012) discute nomes deverbais como *platio*, no PB, em que os argumentos selecionados pelo núcleo verbal, do qual o nome é derivado, não são realizados na nominalização, o que enfraquece a hipótese de que as raízes carregam seus argumentos internos.

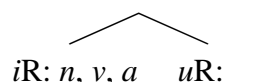
kind (CHIERCHIA, 2014). Essas estratégias são altamente desvantajosas para um modelo que assume raízes acategoriais. Primeiro, a raiz se torna um refúgio de idiosincrasias, visto que toda informação que deveria estar listada como particular à categoria sintática, acaba sendo codificada na entidade que, a priori, seria a mais isenta possível. Segundo, perde-se o caráter acategorial das raízes, pois ao admitirmos que uma raiz contém um traço que pressupõe uma categoria, então, ela já não pode ser considerada acategorial (ACQUAVIVA, 2008). Além disso, a presença de um diacrítico ou operador semântico específico a uma categoria sintática impede que uma mesma raiz seja categorizada por outros núcleos categorizadores, tal como a assunção do operador *kind*, que impossibilita a categorização de uma raiz por um núcleo verbal, uma vez que verbos não podem ser *kinds*³.

Um contra-argumento intra-teórico sobre a assunção de que as raízes selecionam argumentos diz respeito à própria operacionalidade da raiz no ambiente computacional. Como é bem sabido, a MD assume que as mesmas operações sintáticas responsáveis por derivar sentenças (viz., *Merge*, *Move*, *Agree*) são também responsáveis por derivar a estrutura interna das palavras. Sendo assim, duas questões se colocam: quais são os traços que estão em jogo na operação *Agree* responsável por concatenar um núcleo categorizador a uma raiz, tendo em mente que (i) a concatenação de dois objetos sintáticos ocorre como uma relação de *Agree*, analogamente a uma relação de sondagem (cf. CHOMSKY, 2000; COLLINS, 2002), e que (ii) a raiz não contém traços gramaticais?. Além disso, sendo a raiz ontologicamente destituída de traços gramaticais, como ela seleciona (e se concatena a) um complemento DP/NP, tendo em vista que ela não é capaz de entrar em relações de valoração de traços?.

Nóbrega (2014b) busca solucionar esse impasse ao admitir que uma raiz sintática contém um traço de borda responsável por possibilitar sua concatenação a um núcleo categorizador, tal como ilustrado em (2). Em sua visão, a ausência de traços gramaticais na raiz a torna invisível no espaço computacional, e a assunção de um traço de borda permite que ela se concatene a um feixe de traços gramaticais a fim de se tornar um objeto sintático manipulável e visível. Assim sendo, se o único traço que a raiz possui é o traço de borda, então, ela não apresenta condições sintáticas necessárias para selecionar um complemento DP/NP, já que o traço de borda entra em uma relação de *Agree* somente com outro traço capaz de valorá-lo (viz., um traço *iR* presente no feixe de traços de um núcleo categorizador), não sendo valorado pelos traços gramaticais de um DP ou de um NP, por exemplo.

³ Harley sugere ainda que as raízes estão distribuídas nos três tipos ontológicos sugeridos por Doron (2003): (i) propriedade, (ii) evento e (iii) entidade. Essa distribuição apriorística pode induzir a uma categoria lexical específica, tal como a assunção de diacríticos de classe e/ou operadores semânticos codificados na raiz, ou bloquear a concatenação de outros núcleos categoriais, tal como mencionado acima.

(2) *Categorização de uma raiz*



Em paralelo aos problemas combinatoriais, Acquaviva (2008) salienta que, uma vez que as raízes não contêm informações sintáticas legíveis, elas não podem, por si só, projetar. Assim sendo, não é possível admitir que exista um “RaizP”, bem como não é possível admitir que um argumento seja inserido em uma posição de complemento ou especificador da raiz, pois apenas núcleos funcionais, partículas e *small clauses* têm a capacidade de introduzir argumentos (ALEXIADOU, 2014, p. 288).

O que podemos depreender dessa discussão sobre as propriedades sintáticas das raízes sugeridas por Harley é que sua caracterização como entidades sintáticas convencionais levamos a um novo lexicalismo, e isso deve ser evitado a todo custo por um modelo que pretende estabelecer uma relação transparente entre a sintaxe e a morfologia. Portanto, não podemos admitir como propriedades sintáticas das raízes: (i) a presença de uma categoria sintática ou de informações gramaticais e semânticas restritas a uma determinada categoria sintática, (ii) a capacidade de selecionar argumentos e (iii) a ideia de que as raízes sejam entidades sintáticas autônomas capazes de projetar.

Um segundo ponto a ser discutido é a presença de conteúdo semântico nas raízes. Essa visão, de acordo com Panagiotidis (2014), está atrelada a modelos lexicalistas de gramática, em que o léxico contém uma lista de formas e interpretações pareadas pré-derivacionalmente, sem qualquer estruturação. Acquaviva (2008, 2014), Acquaviva e Panagiotidis (2012), Panagiotidis (2011, 2014, 2015), Borer (2013a, 2013b, 2014) e, principalmente, Harley (2014) questionam a individualização semântica da raiz, argumentando que sua interpretação é dada contextualmente. Embora a proposta seja interessante, encontramos alguns problemas de implementação no modelo de Harley⁴. Contra-argumentos para sua explicação através de instruções em LF são encontrados em compostos e sintagmas idiomáticos.

Nunberg, Sag e Wasow (1994) demonstram que um conjunto de expressões idiomáticas contém certa composicionalidade entre seus constituintes, o que gera uma subdivisão das expressões idiomáticas em duas grandes classes, nomeadamente: (i) expressões combinadas idiomáticamente (ICEs, do inglês *idiomatically combining*

⁴ Borer (2013) assume que as raízes contêm apenas conteúdo fonológico, e que raízes supletivas como *go* e *went*, do inglês, são unidades independentes e dissociadas. Essa assunção é menos interessante que a solução sugerida por Harley, visto que Borer parece pressupor que, na aquisição, a criança não associa os dois itens fonológicos, tratando-os como formas de unidades dissociadas.

expressions), e (ii) sintagmas idiomáticos (IPs, do inglês *idiomatic phrases*). Para os autores, as ICEs, embora associadas a conteúdos não-convencionais, têm seu significado distribuído entre seus constituintes, tal como ocorre com a expressão *engolir sapos*, em que *engolir* está associado a ‘enfrentar’ e *sapos* a ‘problemas’. Os IPs, por sua vez, não têm seu significado distribuído por suas partes constituintes, mas sim um significado atômico, tal como *bater as botas*, em que a expressão idiomática, como um todo, expressa o significado de ‘morrer’⁵.

Consideremos, inicialmente, as ICEs. Seguindo um exercício de implementação da proposta de Harley, fornecido por Borer (2014), deveríamos assumir que a raiz $\sqrt{98}$, realizada fonologicamente como *engolir* e com o conteúdo semântico ENGOLIR em contextos não-marcados, é, na verdade, combinada a outro conteúdo semântico em LF, ENFRENTAR, quando está no contexto da raiz $\sqrt{290}$. Essa última, por sua vez, está associada ao conteúdo SAPO em contextos não-marcados, mas é combinada ao conteúdo PROBLEMA por estar no contexto da raiz $\sqrt{98}$, quando $\sqrt{98}$, anteriormente, tiver sido associada ao conteúdo ENFRENTAR.

Essa redistribuição dos significados associados a uma raiz consegue explicar facilmente as ICEs, visto que as ICEs não contêm um significado totalmente atômico. No entanto, essa mesma explicação não se estende aos IPs, como argumenta Borer (2014), pois um sintagma idiomático como *bater as botas* contém um único conteúdo semântico, MORRER, que estaria listado separadamente como parte da informação de suas duas raízes constituintes, *bater* e *bota(s)*. Desse modo, tanto a raiz de *bater* quanto a raiz de *bota(s)* estariam associadas ao conteúdo MORRER, uma redundância desnecessária para o sistema. O mesmo raciocínio se aplica a palavras compostas não-composicionais como *casca grossa* ‘pessoa difícil’, *sangue frio* ‘desalmado’ e *sangue bom* ‘pessoa boa’.

Está claro na argumentação de Harley que a raiz só recebe uma interpretação contextualmente, e que, portanto, ela deve estar inserida em um contexto sintático para que seu significado seja atribuído. No entanto, em formações totalmente não-composicionais que contêm mais de uma raiz, as instruções em LF são redundantes, e não deixam claro como o significado atômico de IPs e de alguns compostos emerge, uma vez que elas atribuem significados às raízes e não à estrutura sintática como um todo. Vale ressaltar também que a assunção paralela de instruções em LF e de um domínio sintático de interpretação mediado por Voice são contraditórias, pois a não-composicionalidade está sendo determinada duplamente no sistema de Harley, tanto no sistema computacional quanto em LF.

⁵ Além dessas diferenças de interpretação, as ICEs diferem dos IPs por uma série de testes sintáticos, tais como (i) modificação, (ii) topicalização, (iii) quantificação, dentre outros; ver Nunberg, Sag e Wasow (1994).

Passeamos, agora, à discussão sobre a assunção de Voice como um domínio sintático de interpretação, defendido pela autora.

3. Voice como um domínio de interpretação: os argumentos dos compostos

Desde as observações sobre as propriedades argumentais das expressões idiomáticas apresentadas em Marantz (1984), uma série de autores procurou assinalar uma separação entre o tipo de relação que se estabelece entre o verbo e seu argumento interno, e o tipo de relação que se estabelece entre o verbo e seu argumento externo (e.g., LARSON, 1988; HALE; KEYSER, 1993). Os desmembramentos dessas observações culminaram na determinação de ambientes sintáticos para a interpretação, inicialmente, caracterizados pela assunção de um núcleo introdutor de argumento externo, Voice, tal como sugerido por Kratzer (1996), o qual formalizava o caráter especial dos argumentos externos com relação à idiomatidade.

O núcleo introdutor de argumento externo, rotulado como v por Chomsky (1995), passa a ser considerado um domínio sintático para interpretação a partir da proposta de derivação por fases de Chomsky (2000, 2001), ou seja, v passa a desencadear o Spell-Out da estrutura sintática, permitindo que os constituintes por ele dominados recebam uma interpretação fonológica e semântica⁶. Marantz (2000, 2001) e Arad (2003, 2005) estenderam os domínios sintáticos de interpretação para o nível da palavra, admitindo que núcleos categorizadores de raízes acategoriais (viz., v , n , a) deveriam ser considerados ciclos interpretativos, uma vez que sua combinação direta a uma raiz pode dar origem a significados idiossincráticos, ao passo que categorizações acima de uma raiz categorizada apenas contribuem composicionalmente ao significado já negociado na primeira categorização.

Em contrapartida, Harley demonstra que a abordagem Marantz-Arad não se sustenta empiricamente⁷, pois significados não-composicionais são atestados acima do primeiro núcleo categorizador em palavras com múltiplos afixos derivacionais (e.g., *natur_n-al_a-ized_v*, ‘transformado em um cidadão residente num país’). O que está em jogo na interpretação da raiz, para a autora, não é a presença de um núcleo categorizador, mas a quantidade de estrutura sintática concatenada acima dessa raiz. Assim sendo, quanto maior o número de núcleos funcionais concatenados acima de uma raiz, menor é a probabilidade de leituras não-composicionais atribuídas a esse objeto sintático.

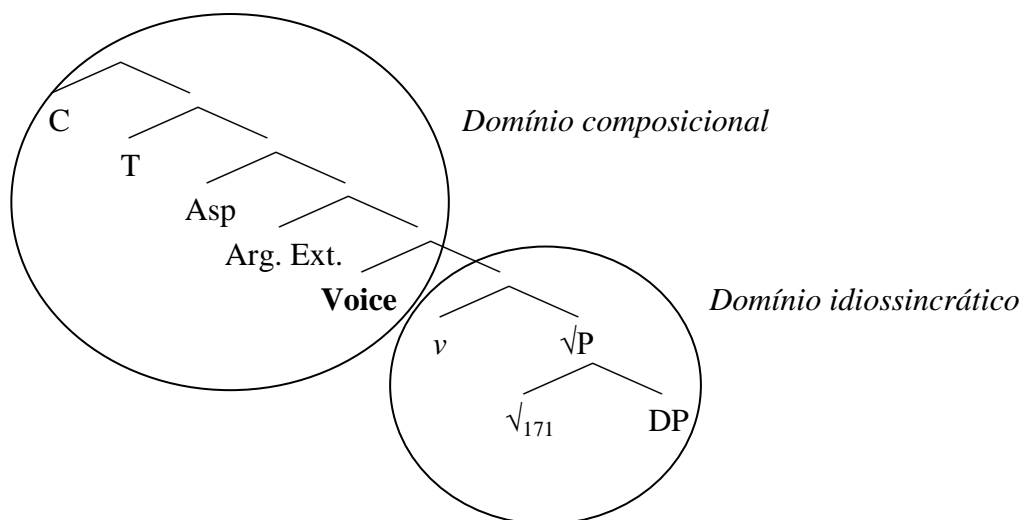
⁶ Chomsky (2001) assume que apenas v transitivos, v^* , são responsáveis por desencadear o Spell-Out da estrutura sintática. Para uma discussão sobre a presença de v intransitivos como núcleos de fase, ver Legate (2012), com evidências sintáticas, e Irwin (2011), com evidências fonológicas.

⁷ Ver também Borer (2013) e Anagnostopoulou e Samioti (2011).

No concerne às funções associadas a esse núcleo introdutor de argumento externo, *v*, Marantz (1997) admite que ele contém três funções: (i) categorizar uma raiz como um verbo, (ii) introduzir o argumento externo e (iii) estabelecer um domínio de interpretação. É no trabalho de Pylkkänen (2002) que uma argumentação em favor da dissociação de *v* (categorizador) e Voice (introdutor de argumento externo) ganha força, sendo evidenciada, posteriormente, nos trabalhos de Doron (2003), Cuervo (2003), Collins (2005), Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006), Merchant (2008), Harley (2009), Marantz (2013) e Harley (2013).

Com base nessa dissociação, Harley propõe que o domínio sintático capaz de determinar interpretações idiossincráticas é Voice, e não *v*, tal como ilustrado na representação em (3), adaptada de Panagiotidis (2014, p. 422). No entanto, compostos deverbais sintéticos do inglês e compostos deverbais VN das línguas românicas – com significados não-composicionais – evidenciam que Voice está incluído em domínios idiossincráticos, uma vez que o argumento externo do núcleo verbal é saturado internamente ao composto, seja como um sufixo agentivo *-er*, no inglês, ou como um pronome nulo *pro* nas línguas românicas, tal como evidenciado por Di Sciullo (1991, 1992), Bok-Bennema e Kampers-Manhe (2006) e Nóbrega (2014a, 2014b), com algumas variações, tal como veremos a seguir.

(3)



A principal característica desses compostos deverbais está na relação argumental presente entre o verbo, majoritariamente, transitivo/causativo, e o nome interpretado como seu argumento interno (e, em alguns casos, interpretado como um adjunto).

| | | | |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|------------|
| (4) a. <i>cava-tappi</i> | lit. tira-tampas | ‘saca-rolhas’ | (Italiano) |
| b. <i>apri-porta</i> | abre-porta | ‘abridor, maçaneta’ | |
| c. <i>time-saver</i> | lit. tempo-salva-suf.agent. | ‘alg.que economiza tempo’(Inglês) | |
| d. <i>bike-riding</i> | bicicleta-anda-suf. | ‘andar de bicicleta’ | |

De imediato, podemos notar que os dados do inglês apresentam um sufixo na borda direita do composto e que o nome antecede o verbo linearmente, ao passo que os compostos deverbais do italiano seguem a mesma ordem linear de seus sintagmas verbais. A estrutura dos compostos do inglês é atestada em todas as línguas germânicas com compostos deverbais, bem como a estrutura dos compostos do italiano é encontrada na maioria das línguas românicas com compostos deverbais⁸.

Di Sciullo (1991, 1992) desenvolve uma extensa comparação das propriedades argumentais presente nesses dois grupos de compostos. A autora separa os compostos deverbais em: (i) compostos deverbais realizados como nomes (de resultado) concretos (e.g., *apri-botiglie* lit. abre-garrafa ‘abridor de garrafas’, *door-opener* lit. porta-abre-suf.agent. ‘porteiro eletrônico’) e (ii) compostos deverbais realizados como nomes eventivos (e.g., *bike-riding* lit. bicicleta-andar-suf. ‘andar de bicicleta’, *controllo-passaporti* controle-passaporte ‘controle de passaporte’). O grupo (i) é formado pelos compostos deverbais sintéticos com sufixo agentivo *-er* do inglês e pelos compostos VN do italiano, enquanto o grupo (ii) é formado pelos compostos sintéticos sufixados por *-ing* do inglês e pelos compostos [V-suf. N] do italiano. Vale mencionar que os compostos deverbais eventivos do italiano, aparentemente, não são encontrados no PB.

Compostos deverbais eventivos apresentam um conjunto de propriedades que os associam aos nomes que denotam eventos complexos, descritos em Grimshaw (1990). Tais compostos permitem a saturação do argumento externo por um sintagma preposicionado e controle por uma oração explicativa, tal como pode ser verificado em (5a) e em (6). Por outro lado, compostos deverbais realizados como nomes concretos não permitem a saturação do argumento externo por um sintagma preposicionado, nem orações de controle, como pode ser visto nos dados em (5b) e em (7).

⁸ Uma exceção é o romeno, língua em que compostos VN são muito pouco produtivos (GROSSMANN, 2012).

- (5) a. *The ball-throwing (by Mary) (to impress the audience).*
 b. *The ball-thrower (*by Mary) (*to impress the audience).*
 ‘O arremesso da bola pela Maria para impressionar o público’.
- (6) a. *Il controllo-passaporti (da parte della polizia).*
 ‘O controle-passaportes (pela polícia)’
 b. *Il controllo-passaporti (per identificare l’assassino).*
 ‘O controle-passaportes (para identificar o assassino)’
 c. *Il distributore-Pepsi (da parte del ragazzo).*
 ‘A distribuidor-Pepsi (pelo menino)’
 d. *Il distributore-Pepsi (*per calmare il ragazzo).*
 ‘O distribuidor-Pepsi (*para acalmar o menino).
- (7) a. *Un mangia-pasta (*da parte da Gianni).*
 ‘Um come-macarrão (*pelo Gianni)’
 b. *Un mangia-pasta (*per impressionare la folla).*
 ‘Um come-macarrão’ (*para impressionar a multidão)’

Nos compostos deverbais realizados como nomes concretos do PB, as mesmas restrições são atestadas:

- (8) a. *O desmancha-prazer (*pelo João).*
 b. *O desmancha-prazer (*para acabar com a festa).*
 c. *O sossega-leão (*pela injeção).*
 d. *O sossega-leão (*para descansar à noite).*
 e. *O paga-pau (*pelo Gustavo).*
 f. *O paga-pau (*para agradecer o chefe).*

Di Sciullo (1991, 1992) argumenta que a agramaticalidade da presença de sintagmas preposicionados introduzindo o argumento externo e a impossibilidade de controle nos compostos realizados como nomes concretos, tal como em (5b), (7) e (8) indica que todos os argumentos do núcleo verbal foram saturados internamente ao composto. Por outro lado, nos compostos eventivos, em (5a) e (6), o único argumento saturado internamente ao composto é o argumento interno. Evidências adicionais para demonstrar que o argumento externo não é

realizado internamente aos compostos eventivos é encontrado na agramaticalidade de sua incorporação ao núcleo verbal, tal como pode ser visto em (9b).

(9) a. *Flower-arranging (by experts is preferable to do-it-yourself).*

‘A organização-de-flores (por especialistas é preferível fazer-você-mesmo)’

b. **Expert-arranging (of flowers is nice to look at).*

‘A organização-de-especialista (das flores é agradável ao olhar)’

Além disso, a presença do argumento externo saturado internamente a compostos nominais concretos é evidenciada pela impossibilidade de se concatenar um sufixo agentivo a um composto VN, o qual seria responsável por saturar o argumento externo do núcleo verbal (cf. DI SCIULLO; WILLIAMS, 1987). De acordo com Di Sciullo (1991, 1992), a agramaticalidade dos compostos em (10b) e (10c), derivados de *taglia-carte* lit. abre-cartas ‘abridor de cartas’, decorre da dupla saturação do argumento externo internamente ao composto, por um pronome nulo *pro* e pelo sufixo agentivo *-er*.

(10)a. *tagliatore*

‘cortador’

b. **tagliatore-carte*

‘cortador-carta’

c. **carte-tagliatore*

‘carta-cortador’

Evidências sintáticas para a assunção de um *pro* realizado internamente aos compostos VN advêm da presença de sujeitos nulos no italiano (cf. RIZZI, 1986). Além disso, o contraste entre as propriedades de compostos nominais concretos e compostos eventivos demonstra que, enquanto compostos VN são complexos funcionais completos, contendo um *pro* em sua estrutura interna, os compostos eventivos não permitem a saturação do argumento externo por um *pro*, o que é confirmado por sua inserção através de sintagmas preposicionados.

- (11) a. *Il controllo-passaporti (da parta dalla CIA)*
 ‘O controle-(de)-passaportes (pela CIA)’
 b. *La raccolta-rifiutti (da parte dei cittadini)*
 ‘A recolha-(dos)-resíduos (pelos cidadãos)’
 c. *L’evacuazione-passeggeri (da parte del capitano)*
 ‘A evacuação-(dos)-passageiros (pelo capitão)’

No inglês, por outro lado, o argumento externo é realizado pelo sufixo *-er* em compostos concretos, o que impede sua realização por sintagmas preposicionais, como vimos em (5b). Por sua vez, compostos eventivos sufixados por *-ing* apresentam todas as propriedades de nomes que denotam eventos complexos listadas por Grimshaw (1990), a saber: (a) ocorrem apenas com determinantes definidos (12a), (b) podem licenciar um sintagma preposicionado que corresponde ao agente do núcleo verbal (12b), (c) não podem ocorrer em posição predicativa (12c) e (d) permitem adjetivos orientados para o sujeito e modificadores aspectuais. Opostamente, as mesmas propriedades não são atestadas nos compostos nominais concretos, como pode ser verificado em (13).

- (12) a. *The/*an heart-breaking John did did not please Mary.*
 b. *Heart-breaking by Mary can be dangerous.*
 c. **John is the heart-breaking.*
 d. *John’s constant/intentional heart-breaking upset Mary.*

- (13) a. *The/an heart-breaker just came in.*
 b. **Heart-break by Mary can be dangerous.*
 c. **Here comes a heart-breaker of hearts.*
 d. *John is the/an heart-breaker*
 e. **John’s constant/intentional heart-breaker upset Mary.*

Bok-Bennema e Kampers-Manhe (2006) assumem, juntamente com Di Sciullo (1991, 1992), a hipótese de que um *pro* é realizado internamente aos compostos deverbais VN e sintéticos. As autoras fornecem uma análise para os compostos deverbais VN das línguas românicas, argumentando que a presença de um DP nulo na posição de argumento externo do núcleo verbal é necessária para explicar a leitura desses compostos, a saber: (a) sua leitura agentiva, como em *salva-vidas* (peessoa que salva vidas), e (b) sua leitura instrumental, como

em *limpa-vidros* (produto que limpa vidros). Uma vez que esse papel agentivo/instrumental não faz referência a uma entidade específica no mundo, e nem é co-referencial a outro DP, ele deve ser formalizado como um *pro* e não como um PRO.

Alguns autores, no entanto, propuseram que compostos VN resultam de nominalizações de VP (cf. DI SCIULLO; WILLIMS, 1987; LIEBER, 1992; FERRARI-BRIDGERS, 2005; GRAČANIN-YUKSEK, 2006). Bok-Bennema e Kampers-Manhe (2006) reveem esse posicionamento e assumem que o VP em questão está incluído em *vP*, de acordo com Chomsky (1995). Para as autoras, *pro* é realizado no especificador de *vP* e seu papel agentivo/instrumental é atribuído estruturalmente à essa posição. Esse *pro* assemelha-se aos DPs ilustrados em (14), retirados de Sleeman (1996):

- (14) a. *los pro que están ahí.*
 ‘aqueles *pro* que estão ali’
 b. *Je veux les pro rouge.*
 ‘eu quero o *pro* vermelho’
 c. *il pro più atento dela classe.*
 ‘o mais *pro* atento da classe’

Portanto, de acordo com Bok-Bennema e Kampers-Manhe (*op. cit.*), a estrutura básica de um composto VN deriva de uma estrutura verbal como em (15):

(15) [_{VP} *pro* [_v *limpa* [_{VP} ~~*limpa*~~ *vidro(s)*]]]

Para que essa estrutura seja considerada um nome, um categorizador nominal nulo concatena-se acima de *vP*. Entretanto, a estrutura categorizada não consegue abarcar a interpretação desses compostos, a qual se assemelha a uma oração relativa. Sendo assim, a estrutura em (15), categorizada por um núcleo nominal, gera um composto com a leitura “a limpeza dos vidros (por alguma coisa)” e não “algo que limpa vidros”. A fim de obter a segunda leitura, Bok-Bennema e Kampers-Manhe (*op. cit.*) sugerem que *pro* se move para uma posição A’, [spec, NP], de modo semelhante às estruturas relativas de Kayne (1994), em (16), gerando um estrutura como (17):

(16) *los* [_{CP} *pro* [_C *que* [_{IP} ~~*pro*~~ *ahí están*]]]

(17) [_{NP} *pro* [_{N'} N° [_{VP} ~~*pro*~~ [_{v'} *limpa* [_{VP} ~~*limpa*~~ *vidros*]]]]]]

As autoras argumentam ainda que a estrutura em (17) também se aplica aos compostos deverbais do inglês. No entanto, o categorizador nominal, que é nulo nos compostos VN das línguas românicas, é realizado fonologicamente por um sufixo, *-er*, no inglês. Fica claro aqui que a motivação para *pro*, bem como a natureza do sufixo *-er*, diferem da proposta de Di Sciullo (1991, 1992). *pro*, passa a sinalizar o caráter exocêntrico desses compostos deverbais, indicando a presença de um agente ou instrumento, tanto no inglês quanto nas línguas românicas, muito embora *pro* não seja licenciado nas sentenças do inglês.

Deixando de lado questões relativas à implementação dessas análises, percebemos que há evidências sintáticas e semânticas para admitir que o argumento externo do núcleo verbal é realizado internamente a esses compostos. Sua ausência impossibilita uma explicação satisfatória dos compostos deverbais, tanto do ponto de vista sintático – visto na comparação entre compostos deverbais concretos e compostos deverbais eventivos – quanto do ponto de vista semântico – relativo à sua interpretação, se agentivos ou instrumentais. Se admitirmos com Harley que *v* é o núcleo verbalizador de uma raiz, e Voice o núcleo responsável por introduzir o argumento externo, então, Voice está presente na estrutura sintática desses compostos, e, conseqüentemente, presente em domínios não-composicionais, visto que a estrutura sintática do composto compreende também um núcleo categorizador nominal concatenado acima do núcleo Voice⁹.

A presença de um domínio categorial acima de um sintagma (seja VoiceP, NP, etc.) para a formação de um composto encontra evidências em uma série de dados, tal como demonstrado em Nóbrega (2014b). Esse domínio categorial (i) transforma o composto em um único objeto sintático, tanto para movimento quanto para relações de ligação, (ii) insere um quadro de subcategorização em compostos de categoria verbal, (iii) garante a gramaticalidade de compostos parassintéticos e (iv) permite a inserção de informações categoriais e flexionais distintas das dos membros constituintes de um composto, o que endossa a ideia de que Voice está englobado em um domínio idiosincrático. Assim sendo, a assunção de que Voice figura como um domínio de localidade para interpretação não se sustenta empiricamente.

⁹ Ver também Nóbrega (2014b), Capítulo 5.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos verificar nesta resenha das propostas de Harley, duas das três hipóteses levantadas pela autora encontram problemas, tanto de ordem computacional quanto empíricos. De um lado, a assunção de que as raízes são entidades sintáticas convencionais insere um poder desnecessário a um primitivo sintático que, a priori, deveria ser o mais isento possível, a fim de preservar a hipótese das raízes acategoriais. Por outro, Voice não demarca um domínio de localidade para interpretação, visto que ele está contido em domínios não-composicionais, tal como se verifica na estrutura dos compostos deverbais VN das línguas românicas e dos compostos deverbais sintéticos do inglês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACQUAVIVA, Paolo. *Roots and Lexicality in Distributed Morphology*. Ms. University College Dublin/Universitat Konstanz, 2008.
2. ACQUAVIVA, Paolo. Distributing roots: Listemes across components in Distributed Morphology. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n.3/4, 2014, p. 277-286.
3. ACQUAVIVA, Paolo; PANAGIOTIDIS, Phoivos. Lexical decomposition meets conceptual atomism. *Lingue e Linguaggio*, v. 11, n. 2, 2012, p. 165-180.
4. ALCÂNTARA, Cíntia da C. As Classes Formais do Português Brasileiro. *Letras de Hoje*, v. 45, n. 1, 2010, p. 5-15.
5. ARTEMIS, Alexiadou. Roots don't take complements. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n.3/4, 2014, p. 287-297.
6. ALEXIADOU, Alexiadou; GRIMSHAW, Jane. Verbs, nouns and affixation. *SinSpec*, v. 1, p. 1-16.
7. ALEXIADOU, Alexiadou; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SCHÄFER, Florian. The properties of anticausatives crosslinguistically. In: FRASCARELLI, Mara. (ed.), *Phases of Interpretation*. Berlim: Mouton, 2006, p. 187-211.
8. ANAGNOSTOPOULOU, Elena. Roots and Domains. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n.3/4, 2014, p. 299-310.
9. ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SAMIOTI, Yota. Idiomatic meaning and the structure of participle. *Selected Papers from the 19th ISTAL*, 2011.
10. ARAD, Maya. Locality constraints on the interpretation of roots: The case of Hebrew denominal verbs. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 21, 2003, p. 737-778.
11. ARAD, Maya. *Roots and Patterns: Hebrew Morpho-syntax*. Studies in Natural Language and Linguistic Theory. Amsterdam: Springer, 2005.

12. BOK-BENNEMA, Reinekke; KAMPERS-MANHE, Brigitte. Taking a closer look at Romance VN compounds. In: NISHIDA, Chiyo; MONTREUIL, Jean-Pierre. Y. (eds.) *New Perspectives on Romance Linguistics – Vol. 1: Morphology, Syntax, Semantics and Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006, p. 13-27.
13. BORER, Hagit. *Taking Form: Structuring Sense*. Vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 2013a.
14. BORER, Hagit. The syntactic domain of content. In: BECKER, Misha; GRINSTEAD, John; ROTHMAN, Jason. *Generative linguistics and acquisition: Studies in honor of Nina M. Hyams*. Amsterdam: John Benjamins, 2013b, p. 205-248.
15. BORER, Hagit. Wherefore roots? *Theoretical Linguistics*, v. 40, n.3/4, 2014, p. 343-359.
16. CHERCHIA, Gennaro. *Bare arguments: notes on the status of the debate*. Trabalho apresentado no X Workshop on Formal Linguistics, Universidade Federal do Rio do Sul, 2014.
17. CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
18. CHOMSKY, Noam. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan. *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor to Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000, p. 89-155.
19. CHOMSKY, Noam. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, Michael. (ed.) *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: MIT, 2001, p. 1-52.
20. COLLINS, Chris. Eliminating Labels. In: EPSTEIN, Samuel; SEELY, D. (eds.) *Derivation and Explanation in the Minimalist Program*. Malden, MA: Blackwell, 2002, p. 42-64.
21. COLLINS, Chris. A smuggling approach to the passive in English. *Syntax*, v. 8, n. 2, 2005, p. 81–120.
22. CUERVO, Maria Cuervo. *Datives at Large*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística), Cambridge, MA, MIT, 2003.
23. DI SCIULLO, Anna-Maria. On the structure of deverbal compounds. *Working Papers in Linguistics 3*, University of Venice, 1991.
24. DI SCIULLO, Anna-Maria. Deverbal compounds and the external argument. In: ROCA, Iggy. (ed.) *Thematic Structure: Its Role in Grammar*. Dordrecht: Foris, 1992, p. 65-78.
25. DI SCIULLO, Anna-Maria; WILLIAMS, Edwin. *On the Definition of Word*. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.
26. DORON, Edit. Agency and voice: The semantics of the Semitic templates. *Natural Language Semantics*, v. 11, n. 1, 2003, p. 1-67.
27. EMBICK, David. On the Structure of Resultative Predicates in English. *Linguistic Inquiry*, v. 35, 2004, p. 355-392.
28. EMBICK, David; HALLE, Morris. On the Status of Stems in Morphological Theory. In: GEERTS, Twan; GINNEKEN, Ivo van; JACOBS, Haike (Eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory 2003*. Amsterdam, Philadelphia: Benjamins, 2005, pp. 37–62.

29. EMBICK, David; NOYER, Rolf. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In: RAMCHAND, Gilliam; REISS, Charles (ed.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 289-324.
30. FERRARI-BRIGERS, Franca. Italian [VN] Compound Nouns: A case for a syntactic approach to word formation. In: GEERTS, Twan; GINNEKEN, Ivo van; JACOBS, Haike (Eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory 2003*. Amsterdam, Philadelphia: Benjamins, 2005, pp. 63–79.
31. GRAČANIN-YUKSEK, M. V-N Compounds in Italian: a case of agreement in word formation. NISHIDA, Chiyo; MONTREUIL, Jean-Pierre. Y. (eds.) *New Perspectives on Romance Linguistics – Vol. 1: Morphology, Syntax, Semantics and Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006, p. 113-126.
32. GRIMSHAW, Jane. *Argument Structure*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
33. GROSSMANN, Maria. Romanian Compounds. *Probus*, v. 24, 2012, p. 147-173.
34. HALE, Ken; KEYSER, Samuel J. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: _____. (eds.) *The view from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993, p. 53-109.
35. HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Ken; KEYSER, Samuel J. (eds.) *The view from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993, p. 111-176.
36. HARLEY, Harley. Compounding in Distributed Morphology. In: LIEBER, Rochelle; ŠTEKAUER, Pavel. (eds.) *The Oxford Handbook of Compounding*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 130-144.
37. HARLEY, Harley. External arguments and the Mirror Principle: On the independence of Voice and v. *Lingua*, v. 125, 2013, p. 34-57.
38. HARLEY, Harley. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n.3/4, 2014, p. 225-276.
39. IRWIN, P. Intransitive Sentences, Argument Structure, and the Syntax-Prosody Interface. In: WASHBURN, Mary. B. et al (eds.) *Proceedings of the 28th West Coast Conference on Formal Linguistics (WWCFL)*, 2011, p. 275-284.
40. KRATZER, A. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, Johan; ZARING, Laurie (eds.) *Phrase structure and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer, 1996, p. 109-137.
41. KAYNE, Richard. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
42. KOOPMAN, Hilda; SPORTICHE, Dominique. The Position of Subjects. *Lingua*, v. 85, n. 2/3, p. 211-259, 1991.
43. LARSON, Richard. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, v. 21, p. 335-391, 1988.
44. LEGATE, Julie Anne. Subjects in Achenese and the nature of the passive. *Language*, v. 88, n. 3, 2012, p. 495-525.
45. LIEBER, Rochelle. *Deconstructing Morphology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

46. MARANTZ, Alec. *On the nature of grammatical relations*. Cambridge, MA: MIT Press, 1984.
47. MARANTZ, Alec. "Cat" as a phrasal idiom: consequences of late insertion in *Distributed Morphology*. Ms. MIT, 1996.
48. MARANTZ, Alec. No Escape from Syntax: Don't try Morphological Analysis in the privacy of your own Lexicon. In: DIMITRIADIS, L. S.; SUREK-CLARK, C.; WILLIAMS, A. *Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium*. Philadelphia: UPenn Working Papers in Linguistics, 1997, p. 201-225.
49. MARANTZ, Alec. Roots: The universality of roots and pattern morphology. Trabalho apresentado em Afro-Asiatic languages, University of Paris VII, 2000.
50. MARANTZ, Alec. Words. Trabalho apresentado em West Coast Conference on Formal Linguistics, University Southern California, 2001.
51. MARANTZ, Alec. Locality domains for contextual allomorphy across the interfaces. In: MATUSHANSKY, Ora; MARANTZ, Alec (eds.) *Distributed Morphology Today*. Cambridge, MA: MIT Press, 2013, p. 95-115.
52. MERCHANT, Jason. An asymmetry in voice mismatches in VP-ellipsis and pseudogapping. *Linguistic Inquiry*, v. 39, n. 1, 2008, p. 169–179.
53. MINUSSI, Rafael Dias. *Os sabores do nome: um estudo sobre a seleção de argumentos e as nominalizações do hebraico*. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – USP, São Paulo, 2012.
54. NÓBREGA, Vitor Augusto. Derivando a Estrutura dos Compostos V-N. *Estudos Linguísticos*, v. 43, 2014a.
55. NÓBREGA, Vitor Augusto. *Tópicos em Composição: Estrutura, Formação e Acento*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014b.
56. NUNBERG, Geoffrey; SAW, Ivan A.; WASOW, Thomas. Idioms. *Language*, v. 70, n. 3, p. 491-538.
57. PANAGIOTIDIS, Phoevos. Categorical features and categorizers. *The Linguistic Review*, v. 28, 2011, p. 325-346.
58. PANAGIOTIDIS, Phoevos. Indices, domains and homophonous forms. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n.3/4, 2014, p. 225-276.
59. PANAGIOTIDIS, Phoevos. *Categorical features: A generative theory of word class categories*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2015.
60. PFAU, Roland. *Grammar as Processor: a Distributed Morphology account of spontaneous speech errors*. Amsterdam: John Benjamins, 2009.
61. PUNSKE, J. *Aspects of the internal structure of nominalization: roots, morphology and derivation*. 2012. Tese (Doutorado em Linguística), Tucson, Universidade do Arizona, 2012.
62. PYLKKÄNEN, Lina. *Introducing Arguments*. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.
63. RIZZI, Luigi. Null Subjects in Italian and the Theory of pro. *Linguistic Inquiry*, v. 17, 1986, p. 501-557.

64. SLEEMAN, Petra. *Licensing Empty Nouns in French*. The Hague: HIL Dissertations, 1996.
65. WURMBRAND, Susi. The Merge Condition: a syntactic approach to selection. In: KOSTA, Peter; FRANKS, Steven; RADEV-BORK, Teodora; SCHÜRCKS, Lilia (eds.). *Minimalism and beyond: Radicalizing the interfaces*, eds. Amsterdam: John Benjamins, 2014, p. 130-166.

HARLEY, HEIDI. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n. 3/4, 2014, p. 225-276.